

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.428 - GO (2019/0230190-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : MARCO ALEXANDRE BRONSON E SOUSA
AGRAVANTE : RAPHAEL GONCALVES E SOUSA
AGRAVANTE : JOÃO LENINE BONIFÁCIO E SOUSA
AGRAVANTE : FREDERICO GONCALVES E SOUSA
AGRAVANTE : AGROPECUARIA SEMENTES TALISMA LTDA
AGRAVANTE : AGROPECUARIA SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA
AGRAVANTE : MRF PARTICIPACOES S.A
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO - SP146360
DANIEL MACHADO AMARAL - SP312193
MARILIA OLIVEIRA CHAVES - SP322210
ANA PAULA DE ABREU CARBINATO - SP346613
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : MILENA GROSSI DOS SANTOS MEYKNECHT - SP292635
PITERSON BALMAT GONÇALVES - SP316547
FERNANDA CRISTINA ROSSETO BORELLI - SP329984
BRUNO DELGADO CHIARADIA - GO177650

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO VERIFICADA. PRODUTOR RURAL. PESSOA FÍSICA. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE DE REGISTRO NA JUNTA A PELO MENOS DOIS ANOS. *STAY PERIOD*. CONTAGEM DO PRAZO EM DIAS CORRIDOS. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Marco Alexandre Bronson e Sousa e outros contra a decisão de fls. 1.029-1.031 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio aos acórdãos de fls. 584-615 e 667-704 (e-STJ), prolatados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementados:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GRUPO ECONÔMICO. DEFERIMENTO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL A

PRODUTORES RURAIS, PESSOAS FÍSICAS, NÃO INSCRITOS NA JUNTA COMERCIAL DENTRO DO PRAZO LEGAL. ARTIGOS 48 E 51, DA LEI 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. *STAY PERIOD*. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONTAGEM DO PRAZO. DIAS CORRIDOS. PRECEDENTES DO STJ. 1. Para que o pedido de Recuperação Judicial do produtor rural, pessoa física, logre êxito, este deve comprovar, além de outros requisitos, a sua condição jurídica de empresário rural antes da propositura da ação, por meio de inscrição na Junta Comercial há mais de dois anos, apresentando na oportunidade os demais documentos exigidos. Inteligência dos arts. 51, II, V, e 48, *caput*, da lei n. 11.101/2005. 2. Na hipótese, vislumbra-se que no julgamento do REsp nº 1.193.115 - MT - precedente invocado para fundamentação do *decisum* objurgado -, em 20/08/2013, o voto da Relatora Ministra Nancy Andrighi, a qual entendeu que o empresário rural, mesmo sem registro, poderia pleitear a recuperação judicial, sob o argumento de que "...o registro do ato constitutivo do produtor rural tem natureza declaratória e não constitutiva, sendo dispensável a sua existência para garantir a sua legitimidade ativa na presente demanda" restou vencido naquela oportunidade, ficando prevalecente o voto divergente do ilustre Ministro Sidnei Beneti, o qual posicionou-se no sentido de que "... O deferimento da recuperação judicial pressupõe a comprovação documental da qualidade de empresário, mediante a juntada com a petição inicial, ou em prazo concedido nos termos do CPC 284, de certidão de inscrição na Junta Comercial, realizada antes do ingresso do pedido em Juízo, comprovando o exercício das atividades por mais de dois anos, inadmissível a inscrição posterior ao ajuizamento." 3. Diante da não comprovação pelos agravados, produtores rurais - pessoas físicas, das exigências previstas nos artigos 48 e 51, ambos da Lei nº 11.101/2005, eis que não demonstraram o exercício regular de suas atividades empresariais por período superior a 2 (dois) anos, estes não fazem jus aos benefícios da Recuperação Judicial. 4. É de natureza material o prazo de blindagem de cento e oitenta dias de suspensão das ações e execuções, previsto no § 4º do art. 6º da Lei Federal nº 11.101/05, devendo, assim, ser contado em dias corridos, não incidindo, *in casu*, a regra de contagem em dias úteis do art. 219, do Código de Processo Civil. Precedente do STJ AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GRUPO ECONÔMICO. PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL A PRODUTORES RURAIS, PESSOAS FÍSICAS, NÃO INSCRITOS NA JUNTA COMERCIAL DENTRO DO PRAZO LEGAL. ARTIGOS 48 E 51, DA LEI 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. *STAY PERIOD*. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO. MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DE DISPOSITIVOS. DESNECESSIDADE. 1. Restringem-se os aclaratórios às circunstâncias elencadas no artigo 1.022, do novo

Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Civil, não se prestando à reapreciação da matéria devidamente analisada e decidida no acórdão, inclusive com respaldo em precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. No tocante ao prequestionamento dos dispositivos legais aqui suscitado, comportável a aplicação da regra do art. 1.025 do CPC, como efeito de ter por suficiente a oposição dos embargos de declaração para o fim pretendido, sendo dispensável tecer maiores considerações acerca da matéria, já que suficiente a fundamentação contida no acórdão embargado EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 714-768), apontaram os insurgentes, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação dos arts. 1º, 6º, § 4º, 47, 48, *caput* e § 2º, 51 e 189 da Lei 11.101/2005; 966 e 967 do Código Civil; e 219, 1.022 e 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015. Sustentaram, em síntese: i) ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; ii) possibilidade de concessão da recuperação judicial ao produtor rural pessoa física, independentemente do registro na Junta Comercial ter sido feito a pelo menos 2 (dois) anos; e iii) que a contagem do prazo do *Stay Period* é feita considerando apenas os dias úteis.

Contrarrazões às fls. 892-914 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos: a) incidência da Súmula 284/STF no tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional; b) incidência da Súmula 7/STJ referente ao preenchimento dos requisitos autorizadores da recuperação; e c) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Daí o presente agravo, no qual os insurgentes contestam a aplicação dos óbices.

Contraminuta às fls. 1.101-1.139 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Inicialmente, defenderam os recorrentes a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional. Alegaram que o Tribunal de origem não sanou os vícios apontados nos embargos de declaração.

Da acurada análise dos embargos de declaração, constata-se que os

Superior Tribunal de Justiça

recorrente apontaram omissão no tocante à comprovação dos requisitos autorizadores da recuperação e questionaram a forma de contagem do *Stay Period* (que entendem ser em dias úteis).

Ocorre que o Tribunal local se manifestou satisfatoriamente sobre tais argumentos.

Veja-se às fls. 601-603 (e-STJ):

Nesse contexto, vislumbra-se na hipótese vertente que os agravados, produtores rurais - pessoas físicas, na condição de empresários, não supriram de forma satisfatória a exigências previstas nos artigos 48 e 51, ambos da Lei nº 11.101/2005, eis que não demonstraram o exercício regular de suas atividades empresariais por período superior a 2 (dois) anos, e, em assim considerando, não fazem jus aos benefícios da Recuperação Judicial.

Do mesmo modo, no tocante ao argumento de impossibilidade de contagem do prazo de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão das demandas (*stay period*) em dias úteis, razão assiste à agravante, senão vejamos.

[...]

Com efeito, inobstante o silêncio da lei acerca do modo de contagem do *stay period*, entendo que trata-se de prazo de cunho material e não processual, porquanto determina a relação obrigacional, bem como a forma em que as recuperandas deverão exercer os direitos ali previstos, devendo, assim, ser contado em dias corridos.

Nessa linha de raciocínio, ao contrário do entendimento esposado pelo magistrado *a quo*, tenho por inaplicável na espécie o artigo 219, do Código de Processo Civil, por tratar-se referido dispositivo de prazo processual, inclusive considerando a ressalva estabelecida em seu parágrafo único, in verbis:

Assim, não assiste razão aos recorrentes, quando defendem a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, porquanto as questões relativas ao cabimento da recuperação e à forma de contagem do *Stay Period* foram apreciadas pelo órgão julgador, com fundamentação clara, coerente e suficiente.

No mérito, o acórdão recorrido se mostra em sintonia com a jurisprudência desta Corte, tanto no tocante aos requisitos autorizadores da recuperação judicial aos produtores rurais pessoas físicas quanto à forma de contagem do *Stay Period*, motivo pelo qual não merece reforma.

A propósito:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO POR MAIS DE 2 ANOS. NECESSIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE REGISTRO COMERCIAL. DOCUMENTO SUBSTANCIAL. INSUFICIÊNCIA DA INVOCAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL. INSUFICIÊNCIA DE REGISTRO REALIZADO 55 DIAS APÓS O AJUIZAMENTO. POSSIBILIDADE OU NÃO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESÁRIO RURAL NÃO ENFRENTADA NO JULGAMENTO.

1.- O deferimento da recuperação judicial pressupõe a comprovação documental da qualidade de empresário, mediante a juntada com a petição inicial, ou em prazo concedido nos termos do CPC 284, de certidão de inscrição na Junta Comercial, realizada antes do ingresso do pedido em Juízo, comprovando o exercício das atividades por mais de dois anos, inadmissível a inscrição posterior ao ajuizamento. Não enfrentada, no julgamento, questão relativa às condições de admissibilidade ou não de pedido de recuperação judicial rural.

2.- Recurso Especial improvido quanto ao pleito de recuperação. (REsp 1193115/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 07/10/2013);

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DISCUSSÃO QUANTO À FORMA DE CONTAGEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005 (STAY PERIOD), SE CONTÍNUA OU SE EM DIAS ÚTEIS, EM RAZÃO DO ADVENTO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI ADJETIVA CIVIL À LRF APENAS NAQUILO QUE FOR COMPATÍVEL COM AS SUAS PARTICULARIDADES, NO CASO, COM A SUA UNIDADE LÓGICO-TEMPORAL. PRAZO MATERIAL. RECONHECIMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A partir da vigência do Código de Processo Civil de 2015, que inovou a forma de contagem dos prazos processuais em dias úteis, adveio intenso debate no âmbito acadêmico e doutrinário, seguido da prolação de decisões díspares nas instâncias ordinárias, quanto à forma de contagem dos prazos previstos na Lei de Recuperações e Falência destacadamente acerca do lapso de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão das ações executivas e de cobrança contra a recuperanda, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.

2. Dos regramentos legais (arts. 219 CPC/2015, c.c 1.046, § 2º, e 189 da Lei n. 11.101/2005), ressaí claro que o Código de Processo Civil, notadamente quanto à forma de contagem em dias úteis, somente se aplicará aos prazos previstos na Lei n. 11.101/2005 que se revistam da qualidade de processual. 2.1 Sem olvidar a dificuldade, de ordem prática, de se identificar a natureza de determinado prazo, se material ou processual, cuja determinação não se despoja, ao menos integralmente, de algum grau de subjetivismo, este é o critério legal imposto ao intérprete do qual ele não se pode apartar. 2.2 A aplicação

do CPC/2015, no que se insere a forma de contagem em dias úteis dos prazos processuais previstos em leis especiais, somente se afigura possível "no que couber"; naquilo que não refugir de suas particularidades inerentes. Em outras palavras, a aplicação subsidiária do CPC/2015, quanto à forma de contagem em dias úteis dos prazos processuais previstos na Lei n. 11.101/2005, apenas se mostra admissível se não contrariar a lógica temporal estabelecida na lei especial em comento. 2.3 Em resumo, constituem requisitos necessários à aplicação subsidiária do CPC/2015, no que tange à forma de contagem em dias úteis nos prazos estabelecidos na LRF, simultaneamente: primeiro, se tratar de prazo processual; e segundo, não contrariar a lógica temporal estabelecida na Lei n.

11.101/2005. 3. A Lei n. 11.101/2005, ao erigir o microssistema recuperacional e falimentar, estabeleceu, a par dos institutos e das finalidades que lhe são próprios, o modo e o ritmo pelo qual se desenvolvem os atos destinados à liquidação dos ativos do devedor, no caso da falência, e ao soerguimento econômico da empresa em crise financeira, na recuperação. 4. O sistema de prazos adotado pelo legislador especial guarda, em si, uma lógica temporal a qual se encontram submetidos todos os atos a serem praticados e desenvolvidos no bojo do processo recuperacional ou falimentar, bem como os efeitos que deles dimanam que, não raras às vezes, repercutem inclusive fora do processo e na esfera jurídica de quem sequer é parte.

4.1 Essa lógica adotada pelo legislador especial pode ser claramente percebida na fixação do prazo sob comento o stay period, previsto no art. 6º, § 4º da Lei n. 11.101/2005, em relação a qual gravitam praticamente todos os demais atos subsequentes a serem realizados na recuperação judicial, assumindo, pois, papel estruturante, indiscutivelmente. Revela, de modo inequívoco, a necessidade de se impor celeridade e efetividade ao processo de recuperação judicial, notadamente pelo cenário de incertezas quanto à solvibilidade e à recuperabilidade da empresa devedora e pelo sacrifício imposto aos credores, com o propósito de minorar prejuízos já concretizados. 5.

Nesse período de blindagem legal, devedor e credores realizam, no âmbito do processo recuperacional, uma série de atos voltados à consecução da assembleia geral de credores, a fim de propiciar a votação e aprovação do plano de recuperação apresentado pelo devedor, com posterior homologação judicial. Esses atos, em específico, ainda que desenvolvidos no bojo do processo recuperacional, referem-se diretamente à relação material de liquidação, constituindo verdadeiro exercício de direitos (atrelados à relação creditícia subjacente), destinado a equacionar os interesses contrapostos decorrente do inadimplemento das obrigações estabelecidas, individualmente, entre a devedora e cada um de seus credores.

5.1 Ainda que a presente controvérsia se restrinja ao stay period, por se tratar de prazo estrutural ao processo recuperacional, de suma relevância consignar que os prazos diretamente a ele adstritos devem seguir a mesma forma de contagem, seja porque ostentam a natureza

Superior Tribunal de Justiça

material, seja porque se afigura impositivo alinhar o curso do processo recuperacional, que se almeja ser célere e efetivo, com o período de blindagem legal, segundo a lógica temporal impressa na Lei n. 11.101/2005.

5.2 Tem-se, assim, que os correlatos prazos possuem, em verdade, natureza material, o que se revela suficiente, por si, para afastar a incidência do CPC/2015, no tocante à forma de contagem em dias úteis.

6. Não se pode conceber, assim, que o prazo do stay period, previsto no art. no art. 6º, § 4º da Lei n. 11.101/2005, seja alterado, por interpretação extensiva, em virtude da superveniência de lei geral adjetiva civil, no caso, o CPC/2015, que passou a contar os prazos processuais em dias úteis, primeiro porque a modificação legislativa passa completamente ao largo da necessidade de se observar a unidade lógico-temporal estabelecida na lei especial; e, segundo (e não menos importante), porque de prazo processual não se trata com a vênua de autorizadas vozes que compreendem de modo diverso.

7. Recurso especial provido.

(REsp 1698283/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 24/05/2019).

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 05 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator